

A guerra indígena como afirmação da autonomia

O caso dos pataxós e botocudos do sul da Bahia na segunda metade do século XIX

The indigenous war as an affirmation of autonomy: the case of the Pataxós and Botocudos in southern Bahia in the second half of the 19th century / La guerra indígena como afirmación de la autonomía: el caso de los Pataxós y Botocudos en el sur de Bahia en la segunda mitad del siglo XIX

Ayalla Oliveira Silva

Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora substituta de História do Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), Brasil.
ayallasilva@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo trata da guerra empreendida pelos pataxós e botocudos no sul da Bahia, na segunda metade do século XIX, como uma das escolhas políticas levadas a cabo pelos indígenas no contexto da prática do plano de nacionalização dos índios e do avanço da fronteira da colonização regional, com o objetivo de garantir a sua permanência e autonomia no território.

Palavras-chave: guerra; pataxós; botocudos; sul da Bahia.

ABSTRACT

This article deals with the war waged by the Pataxós and Botocudos in southern Bahia, in the second half of the 19th century, as one of the political choices made by the indigenous people in the context of the practice of the nationalization plan for the indigenous peoples and the advance of the frontier of regional colonization, in order to guarantee their permanence and autonomy in the mentioned territory.

Keywords: war; Pataxós; Botocudos; southern Bahia.

RESUMEN

El artículo trata de la guerra conducida por los Pataxós y Botocudos en el sur de Bahia, en la segunda mitad del siglo XIX, como una de las opciones políticas de los indígenas en el contexto de la práctica del plan de nacionalización de los indígenas y del avance de la frontera de colonización regional, a fin de garantizar su permanencia y autonomía en el territorio.

Palabras clave: guerra; Pataxós; Botocudos; sur de Bahia.

Introdução

A agência indígena no processo da colonização oitocentista no sul da província da Bahia se deu de distintas e variadas formas. Em Una, freguesia da vila dos índios de Olivença, parte dos tupinambás da mesma vila indígena alçou a categoria de posseiro, no contexto do avanço da fronteira de ocupação não indígena, participando, eles mesmos, do processo de apossamento, modelo privilegiado de apropriação da terra na região à época, e assumindo novas categorias sociais (Silva, 2020).

Parte dos camacãs do aldeamento de Ferradas, localizado às margens do rio Cachoeira e na estrada Ilhéus-Vitória, também acessou a categoria de posseiro, ao mesmo tempo em que outra parcela deste grupo étnico negociou com o barão Fernando Steiger, morador da vila de Ilhéus, quando este fundou uma fazenda na zona interiorana do rio Cachoeira e estabeleceu aliança com o grupo a fim de manter os seus negócios a salvo da ação dos pataxós e botocudos não aldeados e habitantes da região (Silva, 2020).¹

Portanto, diferentemente dos índios vilados e aldeados de Olivença e Ferradas, os quais escolheram “reinventar a autonomia” (Moreira, 2019) – se lançando em novas categorias sociais – ou, ainda, dos camacãs, que estabeleceram com Steiger uma aliança recíproca de proteção, os pataxós e botocudos não aldeados optaram pela guerra como afirmação da sua autonomia no território.

Eles foram o alvo privilegiado das ações coercitivas e violentas praticadas pelo Estado, pelos religiosos e particulares naquela porção da província, em meados do XIX. A despeito de todas as violências a eles dirigidas, os pataxós e botocudos, de contato intermitente com o processo colonial, chegaram ao final do século XIX resistindo fisicamente ao avanço da colonização e ao desenvolvimento de um projeto econômico em seus territórios, localizados entre os rios Colônia/Cachoeira² e Pardo e as vilas Ilhéus e Vitória, comarcas de Ilhéus e Caetité, respectivamente. Portanto, é sobre a tentativa de manutenção da autonomia por meio da guerra indígena, uma das facetas da etnopolítica no sul da Bahia oitocentista, de que se ocupará este artigo.

É bom salientar que, a despeito do discurso colonial de que os índios agiam de forma instintiva, a guerra empreendida pelos pataxós e botocudos não era

¹ O nome genérico botocudo – alusivo ao uso do botoque labial – funcionou no discurso e na linguagem coloniais como elemento de homogeneização dos grupos étnicos considerados “selvagens” pelos colonizadores. Essa homogeneização se dava também na documentação administrativa produzida nas regiões interioranas do Império. Entretanto, esse nome genérico “abriga diversos subgrupos inter-relacionáveis”, como salientou Izabel Missagia de Mattos (2004, p. 30).

² A bacia do rio Cachoeira origina-se na nascente do rio Colônia (município de Itororó), que após percorrer 100 km faz confluência com o rio Salgado (município de Itapé). A confluência entre os rios Colônia e Salgado recebe o nome de rio Cachoeira. Ver: Nacif (2000, p. 17-19).

uma mera resposta à crassa violência dos colonizadores, pois as rebeliões localizadas nesses espaços se davam, na maior parte das vezes, por iniciativas dos próprios indígenas, a fim de atingir objetos específicos.

É importante pensar a ação indígena sob a perspectiva da guerra – dentre tantas outras agências indígenas empreendidas no processo da dominação colonial no sul da Bahia –, porque o não reconhecimento da autoridade nacional e a reivindicação da autonomia sobre o território por parte dos botocudos e pataxós durante o XIX muito nos ajudam a compreender o contexto atual desses povos que, diferentemente da condição tutelar que caracteriza a realidade indígena de outras regiões do Brasil, historicamente se caracterizaram por assumirem uma postura não tutelar e mais autonomista em relação ao Estado.

A estrada Ilhéus-Vitória como marco zero do projeto de dinamização da ocupação e da economia regional durante o XIX

Em meados do século XVIII, a família Sá Bittencourt Câmara era uma das mais influentes econômica e politicamente na Bahia e em Minas Gerais. Um jovem membro dessa família, José de Sá e Bittencourt Câmara Accioli, em início do XIX, havia se tornado um dos mais importantes proprietários de terras da comarca de Ilhéus e colocava em prática um plano de desenvolvimento econômico para a região junto à coroa, o qual envolvia a abertura de uma estrada que ligasse o sul da Bahia a Minas Gerais e, concomitantemente, a pacificação dos botocudos (Mahony, 1996, p. 91-101).

A abertura da estrada pela qual José Sá empenhou esforços, ligando Ilhéus, Vitória e Minas em 1810, estava a cargo do então brigadeiro Felisberto Caldeira Brant (futuro marquês de Barbacena), que empregou recursos próprios e discorreu sobre a mesma dificuldade apresentada por José Sá – a massiva presença dos botocudos ao longo do percurso do que viria a se tornar a estrada Ilhéus-Vitória (Freitas; Paraíso, 2001, p. 52). O empenho dessas duas figuras importantes da vila de Ilhéus demonstra o quanto era essencial a abertura daquela estrada à dinamização comercial entre o norte de Minas Gerais e o litoral sul da Bahia.

Outra figura-chave no processo da expansão da fronteira de ocupação regional foi o preto forro e capitão-mor, João Gonçalves da Costa, que, entre os anos 1806 e 1807 – por designação do conde da Ponte –, realizou uma expedição para avaliar as condições de navegabilidade do rio Pardo e o potencial agrícola da região conhecida como “Sertão da Ressaca”.³ Nessa ocasião, Gonçalves da

³ O “Sertão da Ressaca” se configurou, entre fins do século XVIII e início do XIX, em zona de conquista e das bandeiras contra os índios habitantes daquela extensão territorial. O termo Sertão da Ressaca aparece na documentação administrativa do XIX e na literatura da época e, segundo sistema-

Costa empreendeu bandeiras violentas contra os camacãs, pataxós e botocudos, aldeando parte deles e tornando-os mão de obra disponível aos empreendimentos econômicos estabelecidos por ele na região. Gonçalves da Costa também abriu estradas e picadas que pudessem promover o trânsito de mercadorias, sobretudo o gado das fazendas implementadas por ele nas terras indígenas, do então arraial e posteriormente vila da Vitória em direção ao litoral da comarca de Ilhéus e a outras localidades do centro da província (Souza, 2007, p. 51-55).

Em 1852, o engenheiro militar Inocêncio Veloso Pederneiras coordenou uma comissão de colonização e mapeou a região que compreendia os rios Pardo e Colônia/Cachoeira (Figura 1). O mapa compreende o corredor regional sul-oeste da Bahia, que conectava o norte de Minas Gerais ao litoral sul da província, região que funcionou como um importantíssimo caminho de trânsitos e comércio e rota privilegiada entre o interior e o litoral por pelo menos um século. A zona central dessa região (entre as vilas de Ilhéus e da Vitória) era a mais intensamente habitada pelos pataxós e botocudos, que circulavam entre os rios Pardo e Colônia/Cachoeira – seus espaços de caça, de coleta e sociabilidades, também objetos da intensificação da ação colonizadora em meados do Oitocentos.

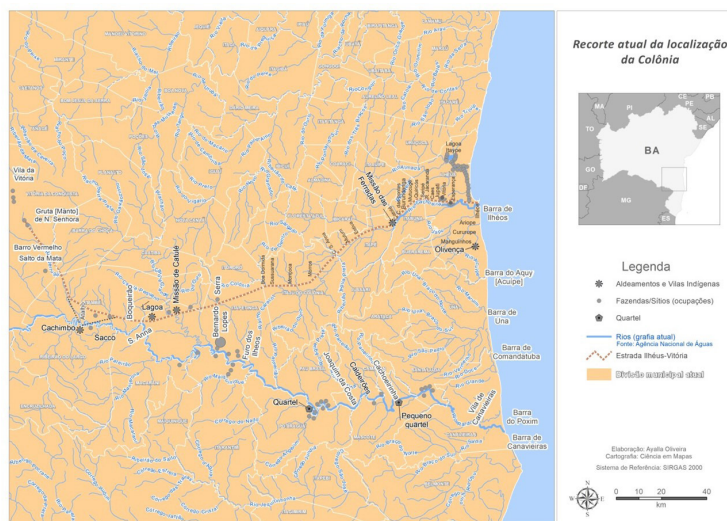


Figura 1 - Corredor regional Ilhéus-Vitória. Elaboração própria, com base na documentação administrativa consultada no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb) e mapa consultado no Arquivo Histórico do Exército (Ahex)

tizou Oliveira (2012, p. 41-42), “aparece nos documentos quando há referências à porção de terras que tem como limites: ao sul, o alto rio Pardo; ao norte, o médio rio de Contas; a oeste, o rio Gavião, nas proximidades da cidade de Anagé; e a leste, o limite é a mata de cipó. Esse termo também foi utilizado para denominar áreas específicas no interior da região mais abrangente, a exemplo de fazendas e riachos”.

O sucesso da dinamização econômica regional por meio da estrada dependia do controle da presença e da ação dos botocudos e pataxós. Como parte de um projeto de colonização específico voltado ao sul da Bahia, região ainda pouco ocupada por não indígenas e que atraía a atenção de agentes públicos e particulares pela potencialidade para o plantio do cacau, projetou-se o plano da colonização dos índios habitantes da região, considerados empecilho ao seu desenvolvimento econômico. Para esse fim, foi criada a colônia nacional agrícola Cachoeira de Ilhéus, às margens da estrada (Ilhéus-Vitória) e do rio de mesmo nome.

A prática da política de colonização e nacionalização indígena por meio da colônia nacional agrícola Cachoeira de Ilhéus

Após a independência, a questão indígena esteve associada à ideia de construção da nação e ocupou os debates políticos e científicos, “ora promovendo a inclusão das populações indígenas no projeto de nação, ora sancionando a sua exclusão” (Monteiro, 2001, p. 131). Nesse contexto, têm destaque os intelectuais e políticos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os quais estiveram envolvidos em dois projetos: incluir os índios na história nacional e promover sua integração social, “viabilizando a realização de determinado ‘processo civilizador’” (Guimarães, 2011, p. 144).

A partir de 1850, com o novo estatuto jurídico da terra, a inclusão do índio como brasileiro útil ao desenvolvimento da nação era pauta cada vez mais preferencial nas discussões parlamentares. Não por acaso, a pauta “colonização de indígenas” passou à pasta da Repartição de Terras Públicas, que era vinculada ao Ministério da Agricultura. O novo instrumento normativo de terras representou uma mudança jurídica importante sobre os direitos territoriais indígenas, pois, a partir de então, o direito à terra coletiva assistia aos índios ditos “selvagens” e àqueles de antigos aldeamentos, de forma transitória (Cunha, 1992, p. 145-146).

A situação dos índios dos antigos aldeamentos fica mais bem colocada na lei n. 1.114, de 1860 – complementar ao decreto n. 601. Ao passo que previa a desamortização das terras dos aldeamentos (por meio do aforamento ou da venda) sob o subterfúgio de que elas estivessem abandonadas ou de que os índios estivessem integrados à massa nacional, a lei reservava o direito de propriedade de parcelas de terras aos indígenas que as requeressem – desde que eles fossem classificados como índios pelas autoridades. Uma vez considerados totalmente ressocializados, os indígenas deveriam “ser introduzidos na ordem social como ‘brasileiros’ e quiçá também como ‘cidadãos’”. Vale frisar que, a despeito de como os índios agiram e reagiram frente ao novo cenário político, as categorias

de “cidadãos” e “brasileiros” primeiramente lhes foram impostas (Moreira, 2012, p. 82-84).⁴

Na Bahia, as autoridades provinciais colocavam em marcha uma ideia de ineficiência dos aldeamentos de catequese e propunham reformulações na política destinada à promoção da “civilização” indígena por meio da construção de estradas e núcleos coloniais, que, na visão daquelas autoridades, diminuiriam os espaços de caça e pesca dos índios e os forçariam a “ceder à civilização”.⁵ A ideia de colonizar e nacionalizar os indígenas estava presente nas discussões parlamentares e contava com as considerações positivas dos diretores gerais de índios, a exemplo de Jacome Dórea, que, em 1860, defendia que uma vez colonizados, os índios se tornariam “os melhores e naturais colonos”.⁶

No sul da província baiana, colocar em prática a política de nacionalização dos índios ficou a cargo do diretor das aldeias do rio Pardo, frei Luiz de Grava, que chegou ao convento dos capuchinhos em 1853. Em 1854, foi enviado para auxiliar o trabalho de catequese indígena no sul da Bahia. Nas décadas de 1860 e 1870, Grava era responsável pela direção dos aldeamentos indígenas restantes, situados nos rios Salgado, Colônia/Cachoeira e Pardo, e também fundou e dirigiu a colônia nacional Cachoeira de Ilhéus (que recebeu o nome do rio que a margeava). Grava configurou-se como o grande articulador dos interesses públicos e privados no que dizia respeito a trabalho e colonização dos índios. À frente da colônia nacional agrícola implantada em 1870 e destinada à colonização indígena, colocava em prática a ideia da inclusão dos índios à nacionalidade e os inseria na colônia por meio da força, ao mesmo tempo em que perseguia os que não se dobravam àquela política e, em todos os casos, adotava medidas coercitivas e violentas (Silva, 2020).

4 Segundo Vânia Moreira, o Império se caracterizou por um modelo autoritário de indigenismo que, apoiado no “novo campo normativo liberal e nacionalista em ascensão”, deslegitimava as diferenças étnicas, privatizando as terras coletivas e “reclassificando” os índios como “brasileiros”, “nacionais” e “cidadãos”. Esse foi um procedimento “de cima para baixo”, que conformava os interesses das elites nacionais e locais, processo que a autora denomina, por essa razão, de “cidanização” e “nacionalização”. A cidadania indígena no Império é um tema aberto e complexo, porque ao mesmo tempo que podia interessar aos indígenas, em certos contextos, alçar privilégios da cidadania, em geral, esse novo lugar sociopolítico lhes impunha perdas de direitos específicos, sobretudo às terras coletivas dos aldeamentos. Pesquisas recentes que buscam enfrentar o tema da cidadania indígena no XIX têm lançado mão de uma noção mais ampla do conceito, a exemplo do estudo de Mariana Dantas (2018), que aponta e discute a participação indígena nas denominadas revoltas liberais na província de Pernambuco e busca pensar a agência indígena como forma de exercício da cidadania nas disputas políticas, a fim de barganhar conquistas com autoridades e elites locais.

5 Center for Research Libraries. Relatórios provinciais presidenciais (1830-1930). Fala de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia, em 1º de setembro de 1857.

6 Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb). Seção colonial e provincial, série agricultura. Comissão de medição dos aldeamentos dos índios (1856-1864), maço 4.612. Relatório do diretor geral dos Índios, 28 de janeiro de 1860.

A Figura 2 apresenta a localização da colônia nacional Cachoeira de Ilhéus e, se analisada comparativamente à Figura 1, oferece a percepção da sua posição central na região menos ocupada por núcleos coloniais (aldeamentos, quartéis, localidades), fazendas e sítios. Ela ocupava, portanto, uma posição estratégica no que dizia respeito ao controle dos botocudos e pataxós, bem como dos seus territórios, pela administração pública e pelos particulares.

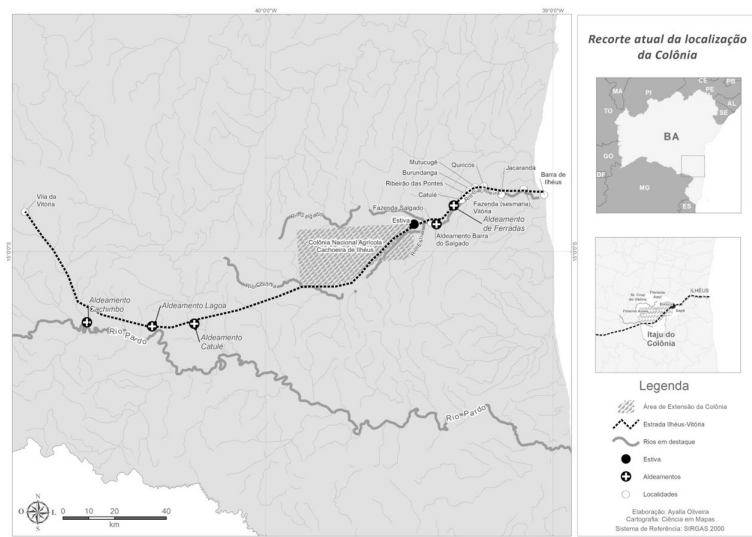


Figura 2 - Colônia nacional agrícola Cachoeira de Ilhéus. Elaboração própria, com base na documentação administrativa consultada no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb) e no mapa consultado no Arquivo Histórico do Exército (Ahex)

Tanto isso é verdade que o contexto de instalação da colônia foi marcado por uma realidade de extremo conflito entre índios e grandes fazendeiros. Os ataques empreendidos pelos índios, imediatamente anteriores à instalação da colônia, se deram nas terras do fazendeiro e comerciante da vila da Vitória João Lopes Moitinho. Os índios, em ocasiões diferentes, atacaram a propriedade assim como feriram e mataram africanos escravizados de Moitinho.⁷ Tal realidade de conflito foi destacada por Luiz de Grava ao presidente da província como de grande prejuízo e instabilidade para os moradores. Também naquele contexto, os moradores de Verruga (distrito da vila da Vitória) enviaram um

⁷ Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Comissão de medição dos aldeamentos dos índios (1866-1889), maço 4.614. Correspondência enviada pelo frei Luiz de Grava ao presidente da província, em 4 de novembro de 1869; correspondência enviada pelo frei Luiz de Grava ao presidente da província, barão de São Lourenço, em 9 de abril de 1870.

abaixo-assinado ao governo, protestando por providências aos ataques dos botocudos e pataxós à localidade.⁸

Os maiores interessados no controle dos índios, naquela situação, eram os Lopes Moitinho, que, juntamente com a família Gonçalves da Costa, integravam o rol das pessoas mais abastadas da vila da Vitória. João Lopes Moitinho era filho de Bernardo Lopes Moitinho. A família controlava uma grande faixa de terras localizada entre o rio Pardo e a estrada Ilhéus-Vitória. Além de grandes proprietários rurais, pai e filho participavam do comércio que abastecia a vila e os arraiais da Vitória (Novais, 2008, p. 109). Portanto, muito interessava à família Lopes Moitinho manter as suas terras livres da ação dos botocudos e pataxós, bem como os seus negócios a salvo de prejuízos.

Pouco depois dos conflitos envolvendo os índios não aldeados e João Lopes Moitinho, em 25 de abril de 1870, o ato de criação da colônia Cachoeira de Ilhéus foi sancionado, demonstrando que esta colônia foi pensada desde sempre como medida essencial para controlar os índios e assegurar a vida, as propriedades e os negócios dos moradores locais. É ilustrativa disso a carta que Grava escreveu ao presidente da província, João José d'Almeida Couto, em 14 de junho de 1870, na qual ele destacou o papel da colônia como elemento central para “afastar os índios bravios que infestam a dita estrada e que têm sido o terror tanto dos habitantes como dos viajantes que frequentam a mesma estrada em procura de negócios no seguro porto d’Ilhéus; ou, aliás, chamar por algum outro meio para civilização”.⁹

A colônia agrícola Cachoeira de Ilhéus representou um ponto de apoio importante aos tropeiros, boiadeiros e demais viajantes que utilizavam a estrada. Também um ponto de conexão estratégico no corredor regional Minas-Vitória-Ilhéus. A Imperial vila da Vitória experimentava, na segunda metade do XIX, um fluxo contínuo de tropas, boiadas e viajantes, que rendia à Câmara Municipal a arrecadação de impostos sobre o trânsito do gado e das tropas (Novais, 2008, p. 93-94). O sul da província da Bahia parecia adaptar muito bem a política indigenista aos interesses regionais. Desse ponto de vista, o aparato discursivo configurava uma ferramenta importante na prática indigenista e capuchinha no sul da Bahia, que lembra a experiência posta em andamento no aldeamento de Itambacuri, estudado por Missagia de Mattos (2004, p. 325), para quem, em fins

8 Center for Research Libraries. Relatórios provinciais presidenciais (1830-1930). Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o barão de S. Lourenço, em 11 de abril de 1869. Tipografia de J. G. Tourinho.

9 Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Colônia nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877), maço 4.604.

do XIX, “conversão”, “catequese”, “civilização” e “criminalização” articulavam um mesmo processo “indigenista e catequético”.

Contudo, se a parcela dos botocudos e pataxós inseridos na colônia Cachoeira tendia a ser escamoteada na documentação administrativa produzida pelo frade, uma vez que, inseridos na Cachoeira, eles eram automaticamente destituídos da categoria de índio para compor as cifras dos nacionais, não se pode dizer o mesmo daqueles que continuaram a empreender a guerra contra a colônia e o avanço da colonização sobre o território, pois eles apareceram fartamente na documentação administrativa (ofícios, cartas, relatórios, requerimentos, entre outros) trocada entre Grava e a administração provincial.

Fronteira étnica, conflitos e afirmação da autonomia por parte dos botocudos e pataxós no sul da Bahia

Para entender a guerra irrompida entre pataxós e botocudos e os agentes da colonização no sul da Bahia, faceta das relações étnicas que acompanharemos a partir daqui, tomemos como base o que Frederik Barth define como fronteira étnica. Para esse autor, o conceito se dá em um processo social relacional: “as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação” (Barth, 2011, p. 188).

Os grupos indígenas categorizados como “selvagens”, “bravios”, “de índole má”, entre outros adjetivos a eles atribuídos, eram, em sua maioria, formados por botocudos e pataxós; estes, em grande parte, escolheram manter-se distantes da sociedade regional. Isso não significava que não tinham contato e interação com alguns setores da sociedade, que se expandia sobre seus espaços de sobrevivência à medida que avançava o processo da ocupação agrícola, muitos deles, inclusive, teriam vivido a experiência dos aldeamentos e regressado para os “sertões” posteriormente. Sendo assim, a fronteira étnica entre índios não aldeados e a sociedade regional em expansão – formada por autoridades da administração pública, elites políticas locais, capuchinhos, colonos, índios aldeados, índios aliados e fazendeiros – se dava nas interações e improvisos dos encontros entre os diferentes atores sociais, fenômeno denominado, por Mary Louise Pratt (1999), de “zona de contato”. Em outras palavras, a diferença entre os índios resistentes e os agentes da colonização foi forjada na intensidade das interações étnicas experimentadas no processo da colonização regional.

Luiz de Grava dedicou a parte inicial do primeiro relatório da colônia Cachoeira de Ilhéus ao relato da ação “traíçoeira” dos botocudos e pataxós, habitantes daqueles territórios, bem como ao que pensava acerca da sua

catequização. Ao comunicar sobre as condições de uso da estrada Ilhéus-Vitória, cujo trabalho de manutenção estava aos cuidados do capuchinho, Grava comunicou que os botocudos continuavam “em suas bárbaras e traiçoeiras perseguições, [...] sendo obrigados os viandantes a entrarem na dita estrada com algumas pessoas a mais ou em companhia de índios mansos, a fim de repelir qualquer agressão dos índios selvagens”.¹⁰

Na documentação compulsada, o binômio “índio selvagem” e “índio manso” é recorrente. Esta e outras dualidades comumente utilizadas para referir aos indígenas (como a de “índios aliados e índios inimigos” ou “tupis e tapuias”) integraram os vocabulários de estudiosos, intelectuais, viajantes e autoridades para designar, de um lado, os indígenas que impunham empecilho aos colonizadores; de outro, aqueles supostamente submetidos às autoridades coloniais (Monteiro, 2001). Binômios recorrentemente também acionados nas franjas e nos interiores do Império, a fim de legitimar as práticas violentas e coercitivas sobre aqueles caracterizados como “bravos”, terminologia que trazia “a ideia subjacente de animalidade e errância” (Cunha, 1992, p. 136).

No caso em questão, aqueles por Grava denominados “mansos” eram os indígenas dos aldeamentos dirigidos por ele, que estavam localizados na estrada e no curso do rio Pardo (Figura 2). No mesmo relatório, Grava discorreu sobre um ataque que, segundo ele, era dos “nômades botocudos” sobre o aldeamento Catulé (localizado na estrada).¹¹

Em decorrência do conflito entre os aldeados de Catulé e os ditos botocudos, se deu o sequestro de uma menina da mencionada etnia quataxó (pataxó) – este não era um episódio isolado, pois em outras situações existem menções de apresamento de mulheres. Apesar de Grava ter se referido aos indígenas envolvidos nesse episódio como botocudos, eles eram da etnia pataxó; essa informação aparece no relatório anual da colônia, de 1875. Ao que parece, no vocabulário de Luiz de Grava, botocudo podia servir para designar os índios que assumiam uma postura de conflito com a administração pública.

Naquele mesmo documento, Grava expressou aos seus dirigentes enorme pessimismo quanto à capacidade de catequização dos indígenas, argumentando que os índios, “com pouca exceção [eram] suscetíveis de receber qualquer instrução, tanto religiosa como civil [...]. Falando, porém, das crianças, enquanto

¹⁰ Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Colônia nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877), maço 4.604. Relatório apresentado por Luiz de Grava ao presidente da província, o barão de São Lourenço, em 26 de janeiro de 1871.

¹¹ Idem.

os velhos e adultos seria trabalho baldado”.¹² A sua posição de catequista dos índios do rio Pardo, entretanto, não guardava contradição com o que ele pensava sobre catequisar os índios, porque, no vocabulário do frade, “aldeia” e colônia operavam como sinônimos, o que expressava a sua prática afinada aos propósitos do Estado em reformar o funcionamento dos aldeamentos indígenas sul baianos nos moldes dos estabelecimentos agrícolas. Dito de outro modo, a ideia, posta no relatório, de aldear os pataxós não significava estritamente promover a catequização desses povos ante o decreto n. 426, de 1845.

Na qualidade de catequista dos índios do rio Pardo, portanto, Grava considerava a catequese dos adultos completamente inútil e fracassada. A chance de as crianças aprenderem no campo civil e religioso era maior, mas não muito. De qualquer forma, era entre as crianças que se deveria depositar o sucesso do projeto político de “civilização” indígena. Isso talvez explique a sua não dedicação aos aldeamentos, utilizando-se da força e da violência para expulsar ou inserir compulsoriamente na colônia os índios que ele conseguia capturar, provavelmente para usar a sua mão de obra.

Imediatamente após o conflito envolvendo os aldeados de Catulé e os “nômades pataxós”, outro episódio conflituoso foi relatado pelo frei Luiz de Grava ao presidente da província:

Cumprir comunicar a V. Exa. que cada vez mais tornou-se melindrosa a situação dos colonos da Cachoeira, e igualmente a dos passageiros, e negociantes, que frequentam a estrada, que da vila d’Ilhéus se dirige ao centro da província; em virtude do horrível assassinato praticado ultimamente, poucas horas antes de minha passagem, pelos índios bravios; além dos imensos estrepes, que espalham continuamente na dita estrada, verdadeiros instrumentos da mais refinada barbaridade.¹³

No Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, estrepe se refere a “qualquer tipo de objeto, geralmente de ferro ou de madeira, que, em época de guerra, era colocado em fosso ou vala para dificultar ou impedir a passagem do inimigo”.¹⁴ Se os índios montavam estrepes (como tática de guerra) na estrada é porque sabiam muito bem que a via tinha um lugar central no processo da

¹² Idem.

¹³ Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Colônia nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877), maço 4.604. Carta enviada pelo diretor da colônia Cachoeira, frei Luiz de Grava, ao presidente da província em 28 de janeiro de 1871.

¹⁴ Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estrepe/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

expansão agrícola, pecuária e comercial da região; era justamente ali onde eles mais atacavam. Além das inúmeras armadilhas (estrepes) montadas ao longo da estrada, a propósito, bem eficazes – pois o frade não deixou de salientar que se tratava de instrumentos da mais refinada “barbaridade” –, os índios escolhiam os pontos certos para realizar os ataques e levavam em consideração os locais onde a mata estava mais fechada, onde eles pudessem ficar protegidos pelas árvores frondosas e de troncos grossos. Essa estratégia adotada pelos índios foi recorrentemente mencionada por Luiz de Grava.

Os botocudos e pataxós, na visão de Grava, representavam os mais terríveis habitantes daquela região pela natural “inclinação má” que eles possuíam.¹⁵ Como bem assevera John Monteiro (2001, p. 156), descrever as ações dos índios como respostas vingativas servia para justificar a violência empreendida contra eles. Contudo, era evidente que os ataques indígenas à estrada, à colônia e aos comerciantes eram muito bem calculados e tinham alvos precisos; em nada configuravam ações improvisadas e puramente reativas. Eles atacavam fazendas, roças de colonos, escravos dos mais ricos fazendeiros, tropeiros com produtos e boiadas dos comerciantes que utilizavam a estrada Ilhéus-Vitória-Minas Gerais, inviabilizando, em muitas ocasiões, o transporte de mercadorias do interior para o porto de Ilhéus, igualmente de Ilhéus ao interior.

A estrada era, indiscutivelmente, um ponto nodal para o avanço da fronteira econômica regional. E para manter o projeto de colonização da região em prática, Grava contava com o auxílio das autoridades policiais da vila da Vitória e da vila de Ilhéus:

Apoio tenho achado por parte das autoridades deste termo da imperial villa da Vitória, especialmente no honrado subdelegado do distrito de Verruga, o sr. João Batista Fernandes Ribeiro, e do termo dos Ilhéus, na pessoa do digno suplente da delegacia sr. tenente Evaristo de Melo e Sá.¹⁶

Mas o policiamento da estrada, as medidas coercitivas e as bandeiras promovidas por Grava sobre os pataxós e botocudos não eram suficientes para fazê-los abandonar o território. Os relatos da situação de instabilidade quanto ao

¹⁵ Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Colônia nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877), maço 4.604. Carta enviada pelo diretor da colônia Cachoeira, frei Luiz de Grava, ao presidente da província em 12 de fevereiro de 1874.

¹⁶ Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Colônia nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877), maço 4.604. Relatório apresentado por Luiz de Grava ao presidente da província, o barão de São Lourenço, em 26 de janeiro de 1871.

uso da estrada, bem como quanto à insegurança da colônia, continuaram sendo apresentados ao presidente da província:

No dia 1º de julho passado, tendo partido uma tropa desta colônia que vinha em negócio, já de volta dos Ilhéus com destino ao sertão, a uma distância de duas e meia léguas, pouco mais ou menos, foi atacada a dita tropa pelos índios bravios, que estavam de emboscada atrás das grandes árvores. [...] Desde aquele momento, os moços ficaram alertas esperando novos ataques, e não se enganaram, porque poucos minutos depois apresenta-se mais outro índio no meio da estrada.¹⁷

Novamente fica evidente a ação planejada pelos índios. Eles estavam preparados, em local estratégico, aguardando a tropa que partia da colônia ao interior – certamente os tropeiros haviam pousado na colônia para descanso, seu e dos animais. Novamente, eram em locais onde as árvores os pudessem esconder que os índios montaram a tocaia:

Tendo chegado a notícia do ocorrido na aldeia do Catulé, logo os índios, no dia seguinte, vieram em socorro dos moradores da colônia; passaram pela dita estrada, e nada encontraram; no dia imediato a sua chegada, mandei-os fazer um reconhecimento sobre a proximidade dos índios bravios da colônia, e também em procura de umas rezes, que ao ato do conflito os moços tinham abandonado. Depois de três dias de demora no mato voltam os índios, sem, porém, terem visto coisa alguma.¹⁸

Nesse episódio, assim como em outros já descritos, os aldeados de Catulé aparecem como interlocutores importantes. Eles eram responsáveis diretos por manter o socorro à colônia, aos tropeiros e a outros negociantes que faziam uso da estrada.

Na década de 1870, Catulé era um dos poucos aldeamentos em bom funcionamento naquela região. A razão disso era a conexão que Luiz de Grava desde o início fez entre o aldeamento e a colônia Cachoeira de Ilhéus, por motivo prático: a proximidade de Catulé à sede da colônia.

¹⁷ Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Comissão de medição dos aldeamentos dos índios (1866-1889), maço 4.614. Carta de Luiz de Grava enviada ao presidente da província, Joaquim Pires Machado Portela, em 18 de setembro de 1872.

¹⁸ Idem.

O aldeamento de Cachimbo se encontrava intensamente habitado por nacionais, por meio da presença de famílias de rendeiros, instaladas nas terras por Grava. Existiam também os aldeamentos Barra do Salgado e Lagoa, nos rios Salgado e Pardo, respectivamente, mas estes últimos são citados eventualmente na documentação da segunda metade do XIX, o que denota a pouca atenção dispensada por Grava àqueles aldeamentos durante os anos 1860 e 1870. Ferradas, aldeamento localizado no rio Cachoeira e mencionado no início deste artigo, se encontrava abandonado administrativamente.

Em 1874, a colônia e a estrada experimentaram uma nova onda de ataques e Luiz de Grava voltou a relatar episódios conflituosos envolvendo investidas dos botocudos e pataxós a tropeiros que voltavam do litoral sul baiano com mercadorias para serem comercializadas no interior. Ele escreveu: “os índios bravos saíram nesta estrada em grande número, dando sinais assaz assustadores. Apresentam-se armados de arcos e flechas indo de encontro a esses tropeiros que vinham de baixo com negócios”.¹⁹

Segundo Grava, no mesmo dia, “umas boiadas cerca de duzentas e tantas rezes que vinham da província de Minas, em demanda do litoral, e estando amarrado o gado dentro do curral, os índios com o luar vieram de noite e aí flecharam-lhes um boi”.²⁰ Assim como em casos anteriores, os aldeados de Catulé logo chegaram para socorrer os comerciantes, como bem salientou Grava, que registrou sua preocupação com possíveis novas investidas dos indígenas:

Em vista de tais acontecimentos, os povos vizinhos destas matas estão transpassados de medo, e alguns já de muda para outros pontos mais longe. Com efeito, Exmo. sr., se esta perseguição dos indígenas continuar não levará muito que estas localidades que tanto trabalho deram para prosperar ficarão novamente abandonadas, com grande prejuízo destes povos, e atraso tanto para a estrada como para o comércio em geral.²¹

Em todos os casos de conflitos aqui apresentados, algumas questões ficam em evidência. A primeira diz respeito ao protagonismo dos botocudos e pataxós

¹⁹ Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Colônia nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877), maço 4.604. Carta enviada por Luiz de Grava ao presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado, em 14 de fevereiro de 1874.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

quando optaram pela via da guerra ante o plano indigenista de submetê-los à colonização nacional, também com o claro objetivo de barrar o avanço da colonização sobre os seus espaços de sobrevivência, quando, por exemplo, armaram emboscadas aos tropeiros que voltavam do litoral, ou quando, sorrateiramente, em noite de luar, atacaram o curral cuja boiada viajava em destino ao litoral. A segunda se refere ao fato de a colônia ocupar lugar estratégico à dinamização do comércio regional, posto que servia de pouso às pessoas e ao descanso dos animais; vale lembrar que era de suma importância aos negociantes que o gado chegasse em boas condições físicas aos locais de comércio. A terceira questão aborda o efetivo andamento do projeto de diminuir os espaços de mobilidade dos indígenas resistentes. Como consequência disso e da escassez de caça e coleta, os animais retidos pelos índios, como cavalos e bois, serviam à sua alimentação, induzindo o desenvolvimento de novos hábitos alimentares, uma vez que os indígenas não estavam alheios ao contato e à interação com o mundo colonial.

No relatório anual da colônia de 1875, Luiz de Grava narrou detalhadamente um episódio que expõe a intensidade da violência sofrida pelos indígenas na região. Tratou-se do caso de um indígena pataxó perseguido por alguns colonos e levado à força para a colônia Cachoeira:

No dia 27 do mês de dezembro do ano passado, logo pela manhã, em uma roça de mandioca de frente das casas dos colonos, descobriu-se vestígios de índios bravios, por alguns pés de mandioca que estes arrancaram, talvez constrangidos pela fome. Dirigiram-se logo apenas seis pessoas do lugar pela mata adentro com o intuito de tomar conhecimento do fato; ao cabo de poucas horas deram n'uma rancharia com três índios dentro, os mais estavam espalhados pela mata caçando, e com a máxima facilidade trouxeram um índio para colônia, os outros dois correram.²²

Os ranchos podiam se tratar tanto de pontos de apoio construídos em momentos de intensificação dos trabalhos na estrada quanto de aldeamentos abandonados. Como atesta esse documento, os índios não aldeados sofriam retaliação de fazendeiros, colonos e índios aldeados pela sua aproximação aos novos núcleos de povoamento criados em suas terras. Além disso, é bem possível que tal aproximação ocorresse por estarem buscando alimentos, em vista da política governamental de diminuição do seu território de domínio e sobrevivência.

²² Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Colônia nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877), maço 4.604. Relatório apresentado por Luiz de Grava ao presidente da província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, de 2 de janeiro de 1875.

A respeito da captura do pataxó levado para a colônia, entre outras observações, Grava salientou que o índio parecia “obter alguma posição entre eles [os pataxós], pelo modo imponente que de vez em quando apresenta e [pelas] cicatrizes que em vários lugares do corpo existem, bem como um tiro de espingarda na perna direita já antigo, que o priva de caminhar desembaraçado”.²³ O corpo daquele pataxó estava marcado por cicatrizes de arma branca e de fogo e isso demonstra bem a realidade violenta e beligerante que os indígenas da região enfrentavam. Além disso, fica evidente que o pataxó foi levado para a colônia à força, uma vez que ele foi capturado por não conseguir se locomover com agilidade, ao modo dos companheiros com quem estava.

Nesse episódio, Grava pretendia usar o apresamento do pataxó como estratégia para atrair todo o grupo para a colônia, talvez por considerá-lo líder do grupo. A expectativa do missionário era de que o índio aprendesse o português e pudesse funcionar como intermediário entre ele e seu grupo. Grava, contudo, era indiferente ao sofrimento daquele homem, que:

chora com saudade dos companheiros do mato, e pelos sinais que de contínuo faz, deseja ir buscá-los junto de si; e conforme as explicações de uma pequena índia da mesma raça que ainda compreende alguma coisa de sua língua, que a quatro anos que está comigo, e agora está na escola pública desta colônia, confirma os mesmos desejos. Logo que o dito índio souber alguma coisa da língua, mandá-lo-ei em busca de seus parentes do mato.²⁴

A “pequena índia” mencionada por Grava é a menina pataxó sequestrada pelos camacãs de Catulé, em 1871. Nessa ocasião, ela já exercia a função de intérprete, muito embora já não dominasse a língua materna com fluência, pois estava sendo educada em português na escola da colônia.

Segundo Grava, o índio sequestrado fazia parte de um grande grupo de pataxós que tinha como característica se manter “independente nas matas”, vistos por ele como “ferozes e desumanos”.²⁵ E como retórica desse discurso, Grava naturalizava os seus métodos de correção e violência aos pataxós e botocudos, estabelecendo verdadeiras caçadas a eles e os mantendo na colônia como prisioneiros. É importante salientar que, no conjunto da documentação encontrada

23 Idem.

24 Idem.

25 Idem.

e analisada, este é o único caso em que o missionário aventa a possibilidade de atrair um grupo para viver na colônia. Nos demais casos, os indígenas foram inseridos na colônia Cachoeira compulsória e individualmente.

Também não é demais frisar que Luiz de Grava registrou todas essas informações nos relatórios anuais destinados ao presidente da província. Assim, é de se presumir que ele contava com a anuência das autoridades do governo da província, por agir dentro de um plano político indigenista pensado e colocado em prática durante as décadas de 1860 e 1870 naquela região.

Em 1875, em razão da morte prematura de Luiz de Grava por afogamento no rio Cachoeira, foi nomeado o frei João Batista como diretor interino da colônia Cachoeira, o qual comunicou ao presidente da província, Venâncio José de Oliveira, mais um caso de ataque dos índios à colônia:

O diretor [Luiz de Grava] não ia à Bahia, já estava desprevenido de certos objetos para a colônia, bem como fazenda, pólvora, chumbo, ferro, aço, enxadas e espingardas para prevenir algum assalto dos índios bravios que andam ao redor da colônia; saíram em uma barra, arrancaram mandioca para oito bruacas, destroçaram um pequeno canal e flecharam um menino, filho do colono André Feliz Bezerra, e no dia seguinte o diretor mandou os colonos atrás. Pegaram uma índia e na volta os índios jogaram três flechas nos que traziam a índia, felizmente nenhuma pegou, e tiraram 72 estrepes, caiu um índio manso no estrepe.²⁶

O relato demonstra uma realidade de aparente extremo conflito entre os colonos e os índios que viviam nas matas entre os rios Colônia/Cachoeira e Pardo. Note-se que entre os objetos de necessidade para a colônia, e que foram relacionados por João Batista, estavam chumbo, pólvora e espingardas para serem utilizados contra os pataxós e botocudos que se aproximavam da Cachoeira.

Os indígenas, por sua vez, se aproximavam da colônia para roubar alimentos nas roças dos colonos. Eles arrancaram mandioca, certamente com o objetivo de colhê-la para a sua alimentação e, talvez, também para deixar os colonos sem alimento, forçando-os a abandonarem o local. Ainda destruíram um canal e flecharam o filho de André Bezerra, colono da Cachoeira, muito provavelmente por terem sido flagrados na roça de mandioca e perseguidos pelos ditos colonos, como já havia acontecido em outras ocasiões.

²⁶ Apeb. Seção colonial e provincial, série agricultura. Colônia nacional Cachoeira dos Ilhéus (1870-1877), maço 4.604. Relatório de frei João Batista, diretor interino da colônia nacional Cachoeira de Ilhéus, ao presidente da província, Venâncio José de Oliveira, em 17 de junho de 1875.

Nota-se que apenas no dia seguinte deu-se a perseguição dos colonos aos índios, orientada pelo diretor. Nesse ínterim, os indígenas tiveram tempo para a montagem de 72 estrepes ao longo do caminho. Eles tinham consciência da retaliação que sofreriam por parte dos colonos em resposta à ação efetuada no dia anterior e se prepararam para enfrentá-los.

Na ocasião, uma mulher foi sequestrada, e seu grupo não obteve êxito em resgatá-la. Entre os colonos que empreenderam aquela ação também se encontravam indígenas, pois o frei mencionou a queda de um “índio manso” em uma das armadilhas montadas ao longo da estrada. O “índio manso” tanto podia se tratar de um aldeado de Catulé como de um dos índios compulsoriamente inseridos na colônia e que já tivesse se moldado àquela realidade.

Em fins de 1870, por motivos que não cabem aqui explicitar, a colônia estava mergulhada em conflitos internos e sofreu um abandono administrativo. Somente em janeiro de 1889 é citada novamente em documentos administrativos, ocasião em que a Câmara Municipal de Ilhéus remeteu um ofício ao presidente da província reclamando o abandono do estabelecimento por estarem os indígenas do “antigo aldeamento de índios, denominado Cachoeirinha”, fazendo “carrerias” em localidades do município.²⁷ A referência à colônia como aldeamento de índios foi prontamente corrigida no despacho provincial a respeito do documento recebido daquela Câmara, o qual informou: “Cachoeirinha não é aldeia de índios e sim a colônia fundada pelo missionário Luiz de Grava, a qual ficou abandonada com o falecimento do mesmo”.²⁸

Esse documento demonstra a efetiva política de absorção e assimilação dos índios aos nacionais posta em prática na colônia porque, mais de uma década após o abandono administrativo da colônia Cachoeira, ela se mantinha no vocabulário das autoridades de Ilhéus como “aldeamento de índios”. E, mais importante, o documento deixa em evidência que os índios chegaram ao final do século XIX mantendo a resistência por meio do embate direto aos colonos e fazendeiros em Ilhéus. Àquela época, a fronteira agrícola seguia avançando de forma avassaladora sobre os seus territórios a fim de ampliar a plantação de cacau, produto que em fins do século XIX já representava 20% da receita de exportação da Bahia (Falcón, 2010), tornando-se o sul do estado, nas primeiras

²⁷ Apeb. Seção colonial e provincial, série administração. Câmara de Ilhéus, maço 1.317. Ofício enviado pelos vereadores da Câmara de Ilhéus ao presidente da província, Manoel do Nascimento Machado Portela, em 28 de janeiro de 1889.

²⁸ Apeb. Seção colonial e provincial, série administração. Câmara de Ilhéus, maço 1.317. Despacho do ofício pelos vereadores de Ilhéus enviado ao presidente da província, de 1º de fevereiro de 1889.

décadas do século XX, uma das principais regiões exportadoras de cacau do mundo (Mahony, 2001). Para os botocudos e pataxós, portanto, resistir fisicamente foi a maneira que encontraram para lutar pela sua existência e pela existência do seu território.

No limiar do novo século, os botocudos e pataxós, dentre outros grupos étnicos que continuavam resistindo ao avanço da fronteira agrícola regional, foram objeto das ações do “poder tutelar”²⁹ republicano, por meio do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). A prática da política indigenista levada a cabo com o advento da República, como bem salientou Pacheco de Oliveira, não se destinava a regiões de colonização antiga, ao contrário, se interessava pelas zonas de expansão econômica mais recentes, onde estavam os “índios bravos, isto é, aqueles que, por seus costumes, se distinguiram radicalmente dos brasileiros, e não obedeciam à autoridade nacional” (Oliveira, 2016, p. 241). Não por acaso, uma diretoria do SPILTN foi implantada na Bahia, tendo sua atuação direcionada ao sul do estado imediatamente após a criação do órgão, em 1910 (Ferreira, 2017).

Talita Ferreira (2017) analisou o processo de implantação do SPILTN no sul da Bahia e nos apresentou uma realidade de extremo conflito entre índios, fazendeiros e autoridades locais. Se, por um lado, interessava aos nacionais avançar em definitivo a fronteira agrícola e econômica com o cacau, por outro lado, os indígenas, sobretudo os pataxós, mantiveram a histórica trajetória de resistência ao avanço da fronteira agrícola e de ocupação não indígena.

No tortuoso processo da ação indigenista de início da República na região sul baiana, foi criada, em 1926, a reserva indígena Caramuru-Paraguassu. A área teve como marco inicial de demarcação a estrada do “sertão” Ilhéus-Vitória e a confluência dos rios Colônia e Salgado, região que seria conectada ao rio Pardo pela abertura de uma estrada (Ferreira, 2017, p. 99). Essa informação evidencia que a localização escolhida para o estabelecimento do marco inicial da reserva indígena conectava-se à região onde outrora funcionou a colônia Cachoeira de Ilhéus, um território historicamente marcado pelo contato e pela interação entre os pataxós, botocudos e os agentes da colonização, apresentado na Figura 3.

29 Ver: Lima (1995, p. 42-62).

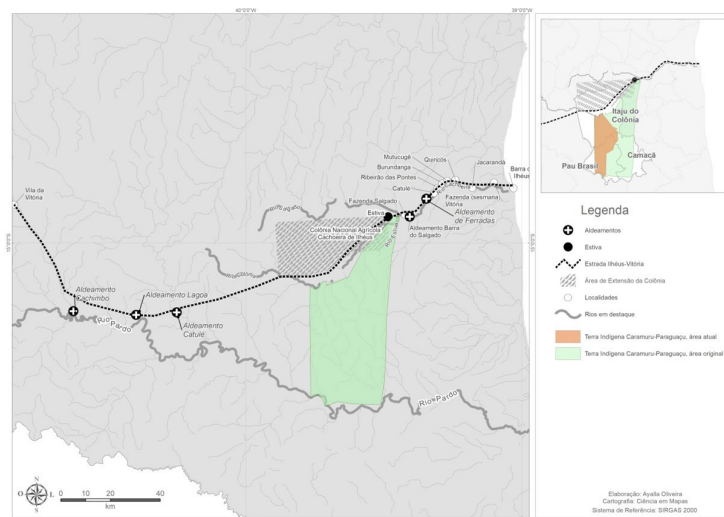


Figura 3 - Reserva indígena Caramuru-Paraguassu, 1926. Elaboração própria, com base nas informações colhidas em Ferreira (2017) e no sítio do Instituto Socioambiental (ISA)³⁰

A área atual da Terra Indígena Caramuru-Paraguassu compreende 54 mil hectares e engloba parte dos municípios sul baianos de Camacã, Pau Brasil e Itajú do Colônia. Segundo a antropóloga Jurema Machado, a reserva Caramuru-Paraguassu tinha por finalidade reunir os indígenas de “recém-contato”, ou de “contato intermitente”, bem como aqueles cujos aldeamentos foram extintos sob a alegação de não existirem neles mais índios ou os mesmos estarem “acabocladados” (Souza, 2019, p. 138).

Os indígenas inseridos na reserva experimentaram, ao longo das décadas seguintes, a dispersão do território pelos esbulhos de terras sofridos com o avanço ilegal dos fazendeiros de cacau sobre a quase totalidade da área, ao que responderam se organizando a fim de recuperar o território – à revelia da inação do Estado, que consentiu a usurpação dos direitos territoriais dos índios por parte dos fazendeiros – por meio de um movimento empreendido por eles denominado *retomada*.³¹

Internamente, as diferentes etnias ou “famílias étnicas” que compõem a terra indígena mantêm a diferenciação étnica; todavia, elaboraram uma unidade

³⁰ Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3791>. Acesso em: 12 nov. 2019.

³¹ “As retomadas consistem em processos por meio dos quais coletividades indígenas recuperam áreas tradicionalmente ocupadas que se encontravam em posse de não indígenas” (Alarcon, 2019, p. 19).

política externa no processo de luta pela retomada territorial. A comunidade étnica pataxó hãhãe emergiu, portanto, em 1982, com a primeira retomada territorial: a fazenda São Lucas (Souza, 2019, p. 168).

A despeito das violências e dos esbulhos empreendidos por posseiros e fazendeiros com o aval do estado da Bahia – através da concessão de títulos ilegais das terras da reserva aos invasores –, os índios não perderam o vínculo com aquele espaço de territorialização³² durante o tempo da dispersão. Jurema Machado de Andrade Souza salienta, dentre as tentativas de retorno dos índios à reserva, a compra de pequenas posses ou mesmo o trabalho nas fazendas dos invasores (2019, p. 171). Porém, foi por meio da localização dos parentes *esparramados*,³³ pela insistência e esforço daqueles que permaneceram em pequenas porções da reserva ou próximo a ela, e o seu paulatino retorno, que se deu o efetivo processo de organização de retomada do território (Souza, 2019, p. 210).

A retomada integral do território da reserva Caramuru-Paraguassu foi concluída em 2012, trinta anos após iniciada, portanto. Um longo processo, que não se deu eximido de extremo conflito entre índios e a sociedade nacional, e eivado das mais variadas violências contra os indígenas. É significativo para esse estudo que a última etapa das retomadas tenha compreendido a área do atual município de Itaju do Colônia, o ponto de contato mais notável entre a configuração da reserva indígena e a outrora colônia de nacionais e índios “nacionalizados”, também palco da guerra empreendida pelos botocudos e pataxós à colônia e aos fazendeiros que avançavam sobre aquele território.

Considerações finais

Acompanhamos, até aqui, a guerra impetrada pelos botocudos e pataxós aos agentes coloniais no sul da Bahia na segunda metade do XIX, como um dos veios possíveis de compreensão acerca dos protagonismos indígenas no contexto da intensificação da colonização no corredor regional Ilhéus-Vitória.

³² O conceito de territorialização é definido como “uma interação da esfera política que associa de forma prescritiva e insofismável um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados”. Contudo, o processo de territorialização não deve ser reduzido a uma mera imposição realizada pelo Estado, isto é, como um fenômeno totalmente externo ao mundo dos indígenas e de suas possibilidades de escolha e negociação (Oliveira, 2016, p. 202-210).

³³ Jurema Machado toma o termo *esparramado* tal qual utilizado pelos indígenas, como categoria explicativa da dispersão. *Esparramado* significava, para os índios, a sua expulsão da terra e a imposição da separação da maior parte dos parentes. Porém, a autora atribui ao período da dispersão um caráter de continuidade, tanto pela “ênfase nos etnônimos mobilizados a partir das aldeias de origem” quanto pela “consciência compartilhada de se saberem índios” na dispersão (Souza, 2019, p. 170; 219).

O espaço regional que ligava o litoral sul da Bahia – vila de Ilhéus – ao interior da província, à vila da Vitória e ao norte de Minas Gerais, era formado principalmente pelos rios Pardo, Colônia/Cachoeira e pela estrada (Ilhéus-Vitória) e se consolidou como um corredor importante para a dinamização da economia e a ocupação regional por pelo menos um século. Também ocupou lugar de destaque nos referidos processos a colônia nacional agrícola Cachoeira de Ilhéus, visto que servia de pouso para o descanso de viajantes, do gado e animais de carga, ao assentamento de colonos e, o mais importante, integrava o projeto indigenista de colonização indígena, desempenhando um duplo papel de “nacionalizar” e “livrar” a região da presença incômoda dos pataxós e botocudos, que não se dobravam ao projeto de colonização, pois não ficaram passivos ou alheios àquela situação e protagonizaram uma guerra ora sutil, ora engenhosa, ora audaz contra aqueles que os elegeram como inimigos a serem extirpados. Numa situação desigual de poder, eles empreenderam o embate direto a fim de defender o território da presença e do controle dos agentes da colonização naquele eixo regional.

Assim, o corredor regional Ilhéus-Vitória foi uma zona de históricos conflitos e exposição dos indígenas à violência do Estado, dos particulares e dos religiosos. Trata-se também de um espaço de elaboração das experiências indígenas e dos seus protagonismos como sujeitos da sua história naquela região, ao longo do processo histórico. Protagonismos que empreenderam por meio da negociação com fazendeiros e capuchinhos; pela sua adequação à lógica de acesso à terra e alçando outras categorias sociais; por meio do conflito direto com os agentes da colonização, entre tantas outras possíveis estratégias que os limites das fontes não possibilitam revelar. Tanto é verdade que os vemos, no decurso dos séculos XX e XXI, afirmando ou construindo novas identidades étnicas – para citar Celestino de Almeida (2013) – e lutando por seus direitos territoriais com todo vigor, empreendendo a retomada da terra e se engajando pela conclusão demarcatória dos seus territórios, que historicamente foram ocupados e espoliados nos processos da colonização e da construção do Estado nacional.

Este artigo é resultado da minha tese de doutorado, cuja pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Fontes

Center for Research Libraries. Relatórios e falas provinciais presidenciais (1830-1930). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb). Seção colonial e provincial.

Referências

- ALARCON, Daniela Fernandes. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. São Paulo: Elefante, 2019.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In: _____ (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Fapesp; Companhia das Letras, 1992.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.
- FALCÓN, Gustavo. *Coronéis do cacau*. 2. ed. rev. Salvador: Solisluna, 2010.
- FERREIRA, Talita Almeida. *Contato, territorialização e conflito no posto indígena Caramuru-Paraguassú: o SPI e os baenã, gueren, kamakan, maxakali, pataxó, e índios de antigos aldeamentos no sul da Bahia, 1910-1936*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.
- FREITAS, Antônio Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul, Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos necessários”: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25/26, 2001.
- _____. *The world cacao made: society, politics, and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919*. Dissertation (Doctorate in Philosophy) – Yale University, New Haven, 1996.
- MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os botocudos e a catequese na província de Minas*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livro docência) – Unicamp, Campinas, 2001.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.
- _____. *Deslegitimação das diferenças étnicas, “citanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850*. *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, jul./dez. 2012.
- NACIF, Paulo Gabriel Soledade. *Ambientes naturais da bacia hidrográfica do rio Cachoeira, com ênfase aos domínios pedológicos*. 2000. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas) – Universidade

- Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.
- NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- OLIVEIRA, Renata Ferreira de. *Índios paneleiros no planalto da conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, pataxós e botocudos no sul da Bahia: indigenismo, colonização e etno-política (1850-1879)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
- SOUZA, Jurema Machado de Andrade. *Os pataxós hãhãhã e as narrativas de luta por terra e parentes, no sul da Bahia*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SOUZA, Telma Moreira de. *Entre a cruz e o trabalho: a exploração da mão de obra indígena no sul da Bahia (1845-1875)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

Recebido em 31/8/2020

Aprovado em 8/4/2021